

PLATAFORMIZAÇÃO DO TRABALHO EM EDUCAÇÃO NA REDE MUNICIPAL DE SALVADOR: O CASO DOS PROGRAMAS LETRAMENTO DIGITAL E NOSSA ESCOLA EM DADOS

Bárbara Jennifer Nascimento Silva
Universidade Federal da Bahia
barbara.jennifer@ufba.br

INTRODUÇÃO

Este trabalho trata de resultado parcial de pesquisa realizada no âmbito de um Programa de Pós-Graduação de Universidade Pública da Bahia que tem como objetivo investigar a plataformização do trabalho em educação de diretoras escolares na rede municipal de Salvador. A discussão acerca da relação entre a adoção de plataformas digitais para o trabalho e as mudanças decorrentes desta nas relações e condições concretas de trabalho tem ganhado espaço na literatura (Srnicek, 2018; Antunes, 2020; Grohmann, 2020). Quanto às consequências da adoção de plataformas digitais no trabalho em educação, pesquisas apontam para a precarização do trabalho docente (Teixeira, 2022; Wilke; Feijó, 2023), para o controle e vigilância das ações tomadas no chão da escola (Mello; Santos; Pereira, 2022) e para a privatização da educação pública (Saura; Cancela; Parcerisa, 2023; Adrião; Domiciano, 2020).

Ao passo que inaugura uma nova forma de pensar o trabalho educativo –sobretudo durante e após o período de pandemia de Covid-19–, a introdução de plataformas digitais também aponta para uma consequência da configuração do Capitalismo Digital (Schiller, 2000): a plataformização do trabalho em educação, seja no processo de ensino-aprendizagem e sua padronização dos processos pedagógicos, seja nas condições e relações de trabalho dos trabalhadores da educação, como a constituição de novas práticas produtivas (Abílio; Amorim; Grohmann, 2021).

Na educação pública brasileira, esse processo pôde ser observado, com mais profundidade, a partir da mediação, durante o período de Pandemia de Covid19, dos processos pedagógicos realizados por meio de plataformas digitais operadas por *Big Techs*, que, visando à expansão de mercado, ofertaram produtos digitais “gratuitamente”

como solucionismo tecnológico para escolas públicas brasileiras. Nos sistemas municipais, estaduais e federal, as novas práticas produtivas demandadas pela introdução das plataformas digitais na educação representaram a “ampliação da inclusão de ferramentas gerenciais de controle sobre a ação docente, desde a sua formação [...], passando pelo controle dos processos de ensino e alcançando o monitoramento dos resultados de indicadores impostos às redes de ensino e às unidades escolares” (Mello; Santos; Pereira, 2022, p. 912).

No âmbito dos estudos sobre Políticas Públicas, os programas implementados por Secretarias de Educação podem ser entendidos como a ação concreta do Estado (Hofling, 2001). Nesse sentido, as políticas se configuram como um parâmetro da concretização do projeto de nação defendido pelo aparelho estatal. Por se tratar de um sistema federalista de cooperação, aos municípios, através das secretarias municipais de educação, compete a responsabilidade e autonomia de conduzir prioritariamente o sistema educacional municipal da Educação Infantil e Ensino Fundamental.

DESENVOLVIMENTO

No município de Salvador, a implementação de políticas públicas que representam a plataformização do trabalho em educação tem início na Rede Municipal de Ensino (RME) ainda antes da pandemia. Em março de 2020, vinte escolas de Ensino Fundamental já estavam testando o projeto piloto do programa Letramento Digital (Salvador, 2020). Trata-se de um programa cujo objetivo é “levar noções de ciência da computação para estudantes do Fundamental” (Salvador, 2022). O programa é desenvolvido pela empresa privada e plataforma Tech4Kids.

Nesse sentido, a incorporação da plataforma Tech4Kids, além de adicionar e exigir novas atribuições ao trabalho docente, como o domínio da instrumentalização da plataforma, também induz a sua frequente utilização, uma vez que, desde 2023, têm sido realizadas campanhas de premiação de professoras(es) e diretoras que mais utilizem a plataforma (Salvador, 2023; 2024c). Esse tipo de bonificação reflete as tendências gerenciais que têm ganhado espaço nas políticas de educação no Brasil, à medida que essa estratégia “tornou-se ponto nodal para controlar o trabalho docente, sendo uma das

características mais fortes da presença dos parâmetros gerencialistas na educação pública” (Melo; Santos; Pereira, 2022, p. 911).

Em 2024, foi anunciado, pela Secretaria Municipal de Educação, o programa Nossa Escola em Dados, que objetiva centralizar em uma única plataforma digital todos os dados da educação municipal (Salvador, 2024). Embora trate de um mecanismo muito recente, a adoção dessa plataforma pode reverberar no controle e vigilância do trabalho de diretoras escolares, consequências da plataformização do trabalho em educação. No programa Nossa Escola em Dados, é utilizada a plataforma Inteligente Salvador, também de domínio de empresa privada, denominada Gestão Educação. Mais uma vez, trata-se da posse de dados educativos de Salvador por parte de empresa com fins lucrativos. Esse fato pode assinalar a privatização da educação da rede pública soteropolitana quanto ao uso de tecnologias digitais.

Historicamente, as funções atribuídas ao trabalho de diretoras escolares no Brasil são permeadas pela necessidade de avanço do Capital (Silva, 2023). Segundo Paro (2016), a figura da diretora escolar se encontra no intermédio de dois interesses antagônicos: o do Estado, representado pela Secretaria de Educação, e os da classe trabalhadora, da qual a diretora escolar faz parte. Esse ponto de tensão coloca a direção escolar em evidência na elaboração de políticas públicas, pois revela-se como mais um espaço de disputa de projetos de nação.

Entre os anos de 2023 e 2024, duas das três formações realizadas para diretoras escolares na rede municipal tiveram como objetivo a instrumentalização das plataformas citadas. Esse foco temático de formações, embora não suficientes, podem indicar a tendência à plataformização do trabalho em educação na rede municipal. Ainda em 2024, a SMED realizou a formação de diretoras escolares para a utilização da plataforma Inteligente Salvador, vinculada ao programa Nossa Escola em Dados. Segundo o secretário de educação, a plataforma, ao unificar os dados e indicadores, pode “indicar padrões de desempenho, práticas exitosas e pontos de vulnerabilidade, [que] podem ser considerados na elaboração de intervenções pedagógicas por turma ou mesmo individualizadas” (Salvador, 2024b). Ou seja, a plataforma tem como objetivo a transformação de ações educativas em dados. Nesse sentido, cabe às diretoras escolares a “alimentação” da plataforma. Isso pode indicar a introdução de uma nova atribuição ao

trabalho de diretoras, além da perspectiva de controle e vigilância do trabalho realizado no chão da escola pela SMED.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da discussão realizada pelo presente trabalho, podemos verificar que na RME de Salvador temos, por um lado, a repercussão da adoção de plataformas digitais no que tange às práticas de trabalho de diretoras escolares, com a adoção da plataforma digital Tech4Kids; por outro, a adoção do programa Nossa Escola em Dados como mecanismo de controle e vigilância do trabalho de diretoras. A hipótese que se levanta é a de que a adoção desses programas fortalece a lógica do capitalismo digital, porque expressa consequências do processo de plataformização do trabalho em educação, uma vez que: precariza o trabalho das diretoras escolares, ao adicionar novas atribuições; bonifica e cria competição entre as escolas da rede; assim como visa à plataformização dos dados das escolas.

REFERÊNCIAS

ABÍLIO, L. C.; AMORIM, H.; GROHMANN, R. Uberização e plataformização do trabalho no Brasil: conceitos, processos e formas. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 23, n. 57, maio/ago. 2021. p. 26-56.

ADRIÃO, T.; DOMICIANO, C. A. Novas formas de privatização da gestão educacional no Brasil: as corporações e o uso das plataformas digitais. **Retratos da Escola**, v. 14, n. 30, 2020. p. 668-684.

ANTUNES, R.(org.). **Uberização, trabalho digital e indústria 4.0**. São Paulo: Boitempo, 2020.

GROHMANN, R. Plataformização do trabalho: entre dataficação, financeirização e racionalidade neoliberal. **Revista EPTIC**, v. 22, n. 1, jan./abr. 2020. p. 106-122.

HOFLING, E. Estado e políticas (públicas) sociais. **Cadernos Cedes**, Ano XXI, n. 55. nov. 2001.

MELLO, M.; SANTOS, C.; PEREIRA, R. A outra face da era digital: Nova Gestão Pública e controle do trabalho docente. **Retratos da Escola**, Brasília, v. 16, n. 36, set./dez. 2022. p. 899-916.

PARO, V. H. **Crítica da Estrutura da Escola**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2016.

SALVADOR. Confira as regras da campanha Letramento Digital, que premiará educadores com viagens para Lisboa e São Paulo. **Secretaria Municipal de Educação**, [online], 22 abr. 2024c.

SALVADOR. Prefeitura anuncia campanha de letramento digital que premia educadores. **Secretaria Municipal de Educação**, [online], 13 set. 2023.

SALVADOR. Projeto “Nossa Escola em Dados” fortalece gestão e monitoramento de indicadores da educação municipal. **Secretaria Municipal de Salvador**, [online], 21 maio 2024b.

SAURA, G.; CANCELA, E.; PARCERISA, L. Privatización Educativa Digital. **Profesorado**, Barcelona, v. 27, mar. 2023.

SCHILLER, Dan. **Digital Capitalism**, Cambridge: MIT Press, 2000.

SILVA, B. J. N. **A Nova Gestão Pública na gestão da educação municipal: o que dizem as pesquisas?** Monografia (Licenciatura em Pedagogia) – Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Educação, Salvador, 2023. 75 p.

SRNICEK, N. **Capitalismo de plataformas**. Buenos Aires: Caja Negra, 2018.

TEIXEIRA, P. H. de M. 2022. **A uberização do trabalho docente: reconfiguração das condições e relações de trabalho mediados por plataformas digitais**. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Pernambuco, Programa de Pós-graduação em Educação, 2022

WILKE, V. C. L.; FEIJÓ, M. S. Aspectos da Plataformização Educacional na Educação Básica brasileira: a “escola do cansaço” na Era do Big Data. **LOGEION**, Rio de Janeiro, v. 10, nov. 2023. p. 418-437.